

## Disgrace: deslizamentos, fixações e silêncios

(notas sobre a recepção negativa de *Disgrace*, com alguns contextos reais e imaginários na África do Sul)

Lawrence Flores Pereira

Universidade Federal de Santa Maria

Brasil

**Resumo:** O atual artigo discute alguns dos contextos políticos e imaginários que atuaram na recepção negativa de *Disgrace* em alguns setores da sociedade sul-africana. Dentre esses contextos estão a querela entre governo e imprensa que dividia a sociedade do pós-apartheid e os problemas concernentes à violência crescente no campo que já na época estavam relacionados a inúmeros fantasmas e núcleos paranóicos herdados do apartheid.

**Palavras-Chave:** Disgrace; Coetzee; Silêncios; Política e paranoia.

**Abstract:** The present article discusses some of the political and imaginary contexts that paved the way for a negative reception of *Disgrace* by ANC and other political groups. First in these contexts should be mentioned the media debate during the first years of post-apartheid SA and the debate on security which included the discussion of farm attacks and rape in South Africa and their paranoid effects on political opinions.

**Key-words:** Disgrace; Coetzee; Silences; Politics and paranoia.

Publicado em 1999, apenas cinco anos após o fim do regime racista do apartheid, *Disgrace*, já desde Abril de 2000, era incluído na arena inflamada das discussões sul-africanas sobre as relações entre liberdade de expressão e racismo, racismo e literatura. Uma sequência de ataques por parte de Congresso Nacional Africano, acusando o livro de Coetzee de defender a idéia de que os chamados “temores brancos” eram ainda ativos na consciência do Sul-Africano branco, levantava dúvidas

sobre a integridade ética do romance e, por extensão, do próprio autor<sup>1</sup>. A suspeita em relação a *Disgrace* não vinha unicamente do *Congresso Nacional Africano* (CNA<sup>2</sup>). Os próprios colegas escritores de Coetzee declarariam suas dúvidas. Nadine Gordimer declararia numa entrevista, em Johannesburg, em 2006, que “no romance *Disgrace* não há uma única pessoa negra que seja um ser humano”, acrescentando ainda que achava “difícil acreditar, na verdade mais do que difícil, tendo vivido aqui toda a minha vida e sendo parte de tudo o que aconteceu aqui, que uma família negra proteja um estuprador porque ele é um deles”. Ela finalmente concluía: “Se essa é a única verdade que ele pôde encontrar na África do Sul pós-apartheid, eu sinto muito por ele [pensar assim]”<sup>3</sup>. Alguns autores foram ainda mais peremptórios. Chris van Wyk, autor de inúmeros livros, inclusive um em que fala de sua vida em uma localidade “coloured” (na África do Sul: de mestiços), declarou: “Acho que ‘Disgrace’ foi um livro racista”. “Os personagens brancos são largamente apresentados (fleshed out), e os malfeitores negros não.”<sup>4</sup>

Na submissão que o CNA (Congresso Nacional Africano) dirigira à Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos (HRC) alegava-se que J. M. Coetzee, em seu romance, apresentava a idéia (*Makes a point that*) de que “cinco anos após sua liberação, a África do Sul branca continua a crer num estereótipo particular do africano, que o define como: imoral ou amoral; selvagem; violento; desrespeitoso em relação à propriedade privada; incapaz de refinamento através da educação; e inclinado a impulsos hereditários negros e satânicos”. Era uma interpretação surpreendente que extraía seus exemplos de uma série de passagens do romance que tratam, entre outras coisas, do “farm attack”, perpetrado por três jovens negros, e que termina com o estupro de Lucy, filha de David Lurie, o professor universitário “desgraçado”. Outro aspecto que chamou atenção do CNA, como passagem tipicamente racista, é aquela em que a condição e a situação de Petrus, vizinho de Lucy, é discutida por David Lurie e Lucy. A Submissão do CNA possuía ao todo 107 artigos, nos quais era sensível uma vigilância alerta ao que o documento chama de “racismo subjetivo”, considerado pelo documento exemplar não apenas no romance de Coetzee

<sup>1</sup> Africa National Congress. “ANC submission to the Human Rights Commision Hearings on Racism in the Media”. African national Congress. South Africa’s national Liberation Movement, abril 5, 2000. <http://www.anc.org.za/2674>.

<sup>2</sup> Usarei ao longo do texto a abreviatura “CNA” para “Congresso Nacional Africano”.

<sup>3</sup> Donadio, Rachel. “Out of South Africa”. The New York Times, dezembro 16, 2007, seq. Books / Sunday Book Review. <http://www.nytimes.com/2007/12/16/books/review/Donadio-t.html>.

<sup>4</sup> Ibidem

como na totalidade da imprensa sul-africana, mesmo após o final do regime racista do apartheid.

### **Pressões políticas: a mídia e o CNA e a querela da imprensa e do governo**

A submissão do CNA estava bem longe de ser exclusivamente um ataque a Coetzee. O nome de Coetzee é ali o deflagrador, o chamariz para um documento que não está livre de certa retórica. Meu objetivo, na primeira parte desse ensaio, é apresentar um pouco o embate político circundante na época e mostrar algumas das forças éticas e estéticas que estão em jogo naquele momento. O ataque a *Disgrace* é, antes de tudo, parte de um embate político que, no final dos anos 90 e início dos anos 2000, põe frente a frente os novos governos do pós-apartheid e a mídia do país. Ocupando agora um lugar de frente no processo de transformação política na África do Sul, do CNA interessava-se desde 1995, em elaborar documentos que explicitassem aspectos diversos concernentes ao poder da mídia, um assunto que incluía inúmeras questões: desde problemas de propriedade (negra ou branca) das grandes corporações, da inclusão de homens negros em postos de destaque na mídia, até questões referentes ao conteúdo e estrutura do noticioso e de outras manifestações midiáticas na África do Sul. Em 1995, a *Comissão de Verdade e Reconciliação* examinava detalhadamente o papel na mídia sob o apartheid, concluindo que a maior parte da mídia havia de algum modo contribuído, implícita ou explicitamente, com o apartheid. Muitas entrevistas da comissão haviam sido feitas com representantes de jornais – jornalistas e proprietários, alguns dos quais até mesmo, nas entrevistas, pediram perdão pelas suas ações durante o regime racista. Em 1997, o CNA, num primeiro passo em plena comoção nacional com o espetáculo dos testemunhos da repressão no *Truth and Reconciliation Commission*, submetia a essa instituição provisória um documento denunciando os problemas raciais e políticos na mídia herdados do longo período de exclusão racial e segregação na África do Sul<sup>5</sup>. Submissões como essa levaram a diversas investigações e a diversos relatórios produzidos tanto pelo *Truth and Reconciliation Commission* assim como pelo *Human Rights Commission*, outra instituição de estado criada com a nova constituição, poder autônomo no sistema constitucional do país.

<sup>5</sup> Ibid., p. 109

A despeito da crítica à postura da imprensa e às próprias leis do apartheid, muitas vezes o governo democrático, surpreendentemente, fez uso de algumas legislações secundárias, originadas no sistema repressivo do apartheid, com o fito de controlar alguns conteúdos em uma imprensa que agora desfrutava seus primeiros anos de real liberdade.<sup>6</sup> A nova constituição sul-africana trazia muitas brechas que abriam espaço para contratendências que passavam a se apoiar sob leis menores. Leis retrógradas do apartheid, como o *Armaments Development and Production Act* e o *Protection of Information Act*<sup>7</sup>, que contêm restrições anti-imprensa profundas, foram uma dessas leis usadas pelo novo governo, leis que incluem inclusive a obrigação de um jornalista de revelar identidades das fontes e em outros, de prevenir jornais de publicar artigos. Esse foi um dos pontos de discórdia entre governo e imprensa naquele momento, levando a inúmeras reuniões entre figuras do alto escalão do governo e representantes da imprensa durante o período

Junto à preocupação com o legado do apartheid, das investigações sobre a colaboração da imprensa com esse regime, questões mais urgentes e mais atuais apareceram, muitas vezes sutilmente entrelaçadas às questões de raça e de poder econômico das classes (“raças”) sociais. A importância do exame de 1995, feito pela *Comissão de Verdade e Reconciliação*, liderada por Desmond Tutu, sobre o papel da mídia sob o apartheid, estava no fato de resgatar o fato histórico do colaboracionismo de parte da imprensa. Mas a pesquisa revelava ainda outros elementos: a atmosfera de desconforto e suspeita, por parte do governo, em relação ao modo como a mídia estava procedendo e ao seu modo de “selecionar” a realidade a ser noticiada nos governos de Mandela e, depois, de Mbeki. Essa situação estava marcada por acusações de uma e outra parte – várias reuniões foram feitas tentando “conciliar” interesses do governo e da imprensa e que raramente terminaram de modo amigável. Havia um clima de desconfiança, assim como caracterizado por deduções rápidas e paranóicas sobre eventos e sobre como os eventos (violência, políticas) eram lidos. É também o momento em que começam a surgir nos textos oficiais das comissões a linguagem, considerada então inovadora, da “análise do discurso” – que vinha no momento certo

<sup>6</sup> Ibid., p. 19

<sup>7</sup> Ibid., p. 87

para oferecer, segundo muitos documentos, instrumentais mais eficientes para detectar a presença do racismo e de outras manifestações residuais do apartheid no tecido discursivo da sociedade Sul-Africana.

A história dos atritos com a imprensa é difícil de analisar na África do Sul porque o político (no sentido do embate imediato da política sul-africana com todas as suas contingências, seus casuísmos de momento) está entrelaçado não apenas aos  *fatos verídicos*  relacionados com a herança racial e colonial mas também com os  *fatos fantasiosos*  que se enxertam constantemente na realidade e na percepção da realidade: é um país nesse sentido com “vários estratos” fenomênicos em que qualquer sonho iluminista de distinguir o real do fantasioso está, a exemplo de diversos outros países, fadado, senão ao fracasso, pelo menos a uma longa história de ajustes. Um caso típico desse sutil deslizamento – que inclui realidade e fantasma paranóico - foi a tendência entre muitos de palmilhar às vezes de modo atabalhoado o caminho que leva de uma avaliação sobre o colaboracionismo da imprensa durante o apartheid (passado recente) para uma investigação mais de fundo (voltada às razões “subjetivas”) do papel da media no momento presente e questionar assim seus procedimentos, regulações e mesmo seus monopólios. Aliás, um aspecto religa-se com o seguinte: questões que em outros países seriam muito mais econômicas e de “classe” aparecem, com a herança do apartheid, de um modo praticamente inextricável. Dentre os impasses que desde cedo se ofereceram foi, por exemplo, a preocupação, mencionada em todos os documentos concernentes à grande querela, com a comercialização marginalizadora da media, que reforçava as disparidades históricas herdadas do  *apartheid* , marginalizando os interesses dos pobres na África do Sul. Era necessário não apenas trazer novos contingentes da população a ter acesso à informação, mas também criar um  *monitoramento*  contínuo da imprensa que observasse, usando métodos “modernos”, o modo como as notícias eram feitas, selecionadas e ordenadas nos espaços mediáticos.

Era um passo adiante que, como se sabe, incluiria um monitoramento mais sutil que traria na arena da interpretação a própria subjetividade do autor. A questão era: quais são os critérios para avaliar o racismo, em que nível discursivo ou seletivo devemos começar uma análise?

Essas investigações evoluíam protegidas pelas diversas instâncias, inclusive constitucionais, que previam ações “pro-ativas” para superar a herança infamante do

apartheid, o que deveria incluir as instâncias comunicativas transmissoras da consciência, das opiniões e das idéias na África do Sul. A despeito de sua importância, não demorou para que essas campanhas e projetos entrassem em atrito, inicialmente discreto, com a constituição de 1996, que previa, depois do final da censura durante o *apartheid*, total liberdade de imprensa. Essa liberdade era de modo algum feita no espírito do 2nd Amendment, mas trazia como única restrição a categoria, banida por lei, do “hate speech” – o discurso de ódio. Os sonhos de muitos liberais sul-africanos de levar a nova constituição do país a se igualar com a 2nd Emendement da constituição americana sofriam apenas um ligeira exceção, aceitável considerando-se a história recente. A inclusão do tratamento do “hate speech” que se encontra no Ato No. 4 de 2000 (*Promotion of Equality and Prevention of Unfair Discrimination Act*), previa que

nenhuma pessoa pode publicar, propagar, advogar ou comunicar palavras baseadas em um ou mais dos temas proibidos, contra qualquer pessoa, que poderia ser razoavelmente interpretado (construed) como demonstrando uma clara intenção de – a) Ser capaz de ferir (hurtful); b) Ser danoso ou de incitar dano (harm); c) Promover ou propagar ódio.<sup>8</sup>

A lei Sul Africana, diferentemente das leis anti-racistas brasileiras que consideram o crime de racismo como inafiançável, não tem, contudo, poder de banimento. Determina apenas que o “discurso de ódio” não *está* protegido pela constituição, de modo que cada caso pode ser testado a partir do critério do prejuízo ocasionado, mas de modo algum a partir de um “teste moral” – o que, surpreendentemente, estava presente na primeira constituição, a constituição interina.

Essa liberdade bastante abrangente que os jornalistas não deixaram de utilizar na África do Sul (é impensável a menor comparação entre cautelosa e prudentíssima imprensa brasileira com a animosidade do humor da imprensa Sul-Africana que abrigou figuras como Jonathan Shapiro, o cartunista que na sua veia política mordaz lembra grandes nomes como Daumier, opositor do apartheid, mas hoje processado pelo atual

<sup>8</sup> “Constitutional Court of South Africa - The Constitution”,

[s.d.].<http://www.constitutionalcourt.org.za/site/constitution/english-web/ch2.html>.

Original: 10. (1) Subject to the proviso in section 12, no person may publish, propagate, advocate or communicate words based on one or more of the prohibited grounds, against any person, that could reasonably be construed to demonstrate a clear intention to -(a) be hurtful; (b) be harmful or to incite harm

presidente da África do Sul) nunca foi bem recebido pelo CNA, inicialmente por não diferenciar a crítica rotineira a um governo estabelecido com o uso da imprensa feito pelo apartheid. Essa recepção negativa é visível nos documentos que o partido emitiu, insistindo sempre sobre a distribuição do poder na imprensa. A comercialização da media, segundo esses vários documentos, estaria reforçando disparidades históricas herdadas do apartheid, marginalizando interesses dos pobres.

O CNA no mesmo período mostrou-se pouco tolerante também com o conteúdo do noticiário nem sempre “apoiador” (supportive). A idéia implícita nessa insatisfação era de que havia tudo a fazer e que jornalistas deviam deixar de lado o “critical reporting” em favor de uma postura mais apoiadora de um governo que tinha imensos desafios pela frente. Em uma entrevista recente, Breyten Breytenbach, assinalou o que parece um dos dilemas de grupos políticos que ficaram longamente vivendo no *underground* em vários países africanos: ao chegarem ao poder, o antigo modo de relações de camaradagem fechada, de confiança mútua dos partidos, por um lado, e, por outro, a presença constante do outro “lado”, do inimigo a ser destronado, transformou-se depois da vitória em uma atitude de suspeita ante o menor sinal de oposição ou de crítica nos meios de comunicação<sup>9</sup>. Na África em geral, junto com a mídia de propriedade estatal, é comum que sentimentos étnicos e partisanos subordinem os modelos éticos do jornalismo profissional. Foi dentro dessa lógica que desde o início, o CNA buscou estabelecer, com motivos históricos evidentes, há de se admitir, um ponto de apoio no seio da imprensa sul africana nem sempre com resultados muito positivos.

### **Reports específicos**

Iniciados em 1995, quando o *Truth and Reconciliation Commission* examinou o papel da media na promoção do apartheid, esses conflitos com a media tornaram-se particularmente agudos a partir do final da década de noventa. A questão racial estaria de modo insistente na agenda política. O documento em que a obra de Coetzee é citada é apenas um deles. Ele é precedido e seguido por muitos outros. Antes dele, há a *Submissão do CNA sobre Media à Comissão de Verdade e Reconciliação*, de 1997, de caráter

<sup>9</sup> Goodman, Amy (entrevistador). “Democracy Now! | Shows featuring Breyten Breytenbach”. [s.d.]. [http://www.democracynow.org/appearances/breyten\\_breytenbach](http://www.democracynow.org/appearances/breyten_breytenbach).



mais concreto e objetivo – e, ao meu ver, preciso, pragmático em suas intenções –, voltado sobretudo à questões politicamente proativas e práticas em prol de medidas afirmativas no mercado de trabalho jornalístico, sem se perder em sutilezas psicológicas e nas reações da prevenção. Seguir-se-ão inúmeros outros documentos e relatórios. Em Outubro de 1999, em particular, há uma investigação sobre estereótipo na media, “The News in Black and White”, que faz parte do “Media Monitoring Project” da Comissão de Direitos Humanos, instituição que também produziria, ainda em 1999, o documento o “*Investigation into racism in the media. Interim report*”.

É no contexto das investigações lançadas pela Comissão de Direitos Humanos que será submetido o documento do CNA com a crítica ao livro de Coetzee, fazendo a submissão em resposta ao próprio do estatuto dessa comissão que prevê o recebimento de submissões.

A inextricável e sutil relação entre raça e política no contexto histórico sul africano, de um lado, e de raça e media, por outro, está no fundo da submissão feita pelo CNA à Comissão de Direitos Humanos em 2000. Esse documento de se diferencia de outros anteriores, contudo: nele sente-se a necessidade sentida pelo CNA de analisar o racismo também dentro de critérios subjetivos, entendido aqui como critérios de “detecção” daquele discurso racista que não se revela explicitamente (quer nas instituições legais ou nos discursos abertamente racistas), contando com uma série de mecanismos de análise, em particular a seletividade do assunto e outros aspectos que geralmente contam com a invisibilidade dos discursos ideológicos “sistêmicos”. O aporte das diversas escolas que desde os anos sessenta, pelo menos a partir de Althusser, vê a ideologia como uma disseminação sem efeito consciente se traduziu em muitos dos documentos do período na adoção até mesmo de alguns princípios analíticos da “análise do discurso” e da sociolinguística, não raro usados com fins imediatos, eles próprios sofrendo de uma tendência à seletividade dos assuntos e dos acusados.

### Contextos específicos na submissão de 2000: imprensa e governo

Sem dúvida, a submissão do CNA de Abril de 2000 visava a um objetivo mais amplo que fazer uma crítica à obra de Coetzee. Antes do autor havia toda a imprensa sul-africana que, ainda em 2000, era criticada não apenas objetivamente, mas também subjetivamente. O caráter positivo da Submissão sobre a *Media, endereçada à Comissão de*



*Verdade e Reconciliação*, em 1997, centrada em uma crítica mais pragmática e objetiva das condições da mídia, é substituído, no atual documento, por uma nova proposta de luta antirracial na mídia.

3. The struggle to create a non-racial society will therefore be both complex and protracted. This struggle must address both the **subjective and the objective** manifestations of racism.
4. It must recognise the fact that racism is most pernicious when the **subjective factor** provides the ideological framework to justify racially oppressive and discriminatory social relations.
5. Our struggle to create a non-racial society must therefore recognise the fact that, centrally, the offensive against racism addresses the issue of power relations in our society.
6. This presentation starts with a description of some elements of the ideology of racism (the subjective factor) and concludes with the social implications of this ideology (the objective factor.)<sup>10</sup>

184

É essa ênfase no fator subjetivo que abre caminho para um campo interpretativo bem mais vasto, permitindo aos proponentes descrever o modo sub-reptício como o novo governo da África do Sul é descrito pela imprensa “branca” sul-africana. São inúmeros os problemas, segundo o documento, mas, observando o contexto, nota-se que boa parte deles reflete o momento político de 2000, quando Mbeki já é presidente. Assim, o noticioso de 1998 é lembrado com ironia mordaz no documento. As declarações de jornalistas, comentaristas políticos cujas declarações seriam a manifestação desse racismo subreptício surgem citadas. Há, em particular nesse documento, um forte acento sobre a questão da insuflação furtiva dos medos que a população branca teria diante do prospecto de um novo governo, já não mais liderado por Mandela.

O documento argumenta sobre a reincidência do racismo que agora ficou mais sutil e mais invisível nos jornais. – um racismo de que talvez nem os próprios redatores estejam cientes. Os exemplos fazem uma espécie de genealogia das impressões da imprensa no final do mandato de Mandela. O primeiro presidente após a liberação era

*Disgrace:  
desliza-  
mentos,  
fixações e silêncios*

Lawrence Flores  
Pereira

<sup>10</sup> ANC submission to HRC, April 2000, op. cit., §§ 3-6

tido pela imprensa como um milagre político, como o único político capaz de transportar o país de um estado de emergente violência para um estado de conciliação. Essa avaliação, qualquer que fosse sua verdade relativa, teria um vício intrínseco, segundo o documento, pois teria colocado Mandela como uma exceção ao mundo negro da África do Sul, não como uma regra universalizável a todos os indivíduos (nativos). Ele teria sido o único africano a compreender um patrimônio humanista e democrático do ocidente, diferente assim de todos os outros, fadados, no dizer veemente do documento que se expressa através de uma “voz” racista, à barbárie e à luxúria. Sua aparição naquele momento histórico fora um milagre – um prodígio que não se repetiria no momento que a figura menos popular de Mbeki chegasse à presidência. Cumpre observar que o documento, veemente e irônico, quer fazer ali a detecção do tipo de instabilidade que precede a ascensão de um personagem ainda obscura em um ambiente político ainda frágil e inflamável. Ora, o objetivo do documento consiste em detalhar os lapsos (racistas) da imprensa ao descrever os novos líderes e, imediatamente, enfatizando seu conteúdo, apontar o subtexto racista que subjaz essas descrições.

Há, segundo o documento, um protoconceito, um estereótipo ainda baseado no pensamento racista e que surgia nos retratos que os jornais faziam dos novos políticos da nova África do Sul. Esse protótipo racista seria o do “jovem africano” dos escritos de Hertzog, um dos ideólogos do racismo do apartheid que descreveu o “nativo” como um homem de oito anos em comparação com o homem maturo experiente (branco).

A child in religion, a child in moral conviction; without art and without science; with the most primitive needs and the most elementary knowledge to meet these needs.... Differences exist in ethnic nature, ethnic custom, ethnic development and civilization and these differences shall long exist...<sup>11</sup>

É essa colocação que servirá de base para todo um tema que se repetirá no documento e que insistirá sobre o fato de que esses critérios ainda vigoram nos mais diversos textos da imprensa e da literatura. Uma linha após esta citação, o documento associa, sem nenhuma mediação, o jovem de Herzog com a obra de Coetzee:

<sup>11</sup> Ibid., § 8. Citação se encontra na própria submissão com a referência: "Hertzog Gedenboek", P.J. Nienaber (ed) Johannesburg 1965, quoted in Moodie, "Afrikanerdom".

This faithless, immoral, uneducated, incapacitated and primitive child is reported on by the eminent South African novelist, J.M. Coetzee, in his 1999 novel 'Disgrace'.<sup>12</sup>

Outro conceito recorrente no documento é o de “temores brancos”, que, apesar de evocar muito mais funções subjetivas no complexo do racismo do apartheid, surpreende por ter sido antes uma noção ou ainda uma conceito que foi de fato contemplado ao longo do processo de democratização e de abolição do apartheid. Essa noção remonta às discussões que precedem o fim do apartheid. O documento lembra que uma “parte importante das discussões com representantes da população branca se concentrava sobre o que “era necessário fazer para tratar dos medos brancos, visto que estes eram obstáculos à mudança”<sup>13</sup>. Essa noção foi contemplada e adotada inclusive pelos integrantes do CNA possivelmente como uma estratégia provisória pela qual o partido de Mandela de algum modo reconhecia a necessidade de evitar uma atitude de afrontamento direto a algo, um medo, que “estava no ar” e que só poderia ser curado com o tempo. A noção acabou refletindo-se nas constituições de 1993 e 1996 (!), levantando a necessidade “nossa” (do CNA) de *responder* aos temores brancos. O documento lembra, contudo, com impaciente ironia, que na época quando “a expressão temores brancos ganhou aceitação como uma categoria legítima” na política sul-africana, “nenhuma discussão teve lugar sobre o que os brancos temiam!”<sup>14</sup>. Finalmente conclui que, se a questão tivesse sido discutida à época, a conclusão seria de que o medo existia porque a população branca acreditava nos estereótipos de Hertzog sobre o homem negro – era um fato circular e tautológico.

The category of White fears emerged at the time it did, and as legitimate category, because it became clear to white South Africa that General Hertzog's eight-year-old was about to be let loose, leading to the inevitable consequences which J. M. Coetzee recounts.<sup>15</sup>

<sup>12</sup> Ibid., § 9

<sup>13</sup> Ibid., §23-27

<sup>14</sup> Ibid., §25-26

<sup>15</sup> Ibid., § 28

O problema dos temores brancos, no texto, revela a intenção do documento, já sublinhada, de ressaltar os elementos “subjetivos” do racismo, a subjetividade aqui coincidindo com a noção de estereótipo. Os temores são irreais, portanto, e são produzidos apenas pelas fantasias brancas acerca da “barbárie nativa”. O que, para o documento, Coetzee teria renovado, de modo inconcebível e inaceitável no novo país é que tais temores ainda valem. Para provar isso, o documento se concentra sobre duas passagens de *Disgrace*. O primeiro trecho é o das conversas diversas que Lucy tem com seu pai sobre o assalto à fazenda (e, de modo não declarado, sobre o estupro que o narrador cuidadosamente vela) e sobre o vizinho africano com quem Lucy mantém uma relação amigável até então. Eis os trechos citados no documento:

9. This faithless, immoral, uneducated, incapacitated and primitive child is reported on by the eminent South African novelist, J.M. Coetzee, in his 1999 novel "Disgrace". In the novel, a young white woman (Lucy) is gang-raped by three black men who, afterwards, also steal her car and household goods. The following then appears in the novel:

10. "It was so personal," she says. "It was done with such personal hatred. That was what stunned me more than anything. The rest was... expected. But why did they hate me so? I had never set eyes on them."

11. (Her father, David, responds): "It was history speaking through them," he offers at last. "A history of wrong. Think of it that way, if it helps. It may have seemed personal, but it wasn't. It came down from the ancestors."

12. (David says): "You were in fear of your life. You were afraid that after you had been used you would be killed. Disposed of. Because you were nothing to them."

13. (David thinks by himself): "They do rape. He thinks of the three visitors driving away in the not-too-old Toyota, the back seat piled with household goods, their penises, their weapons, tucked warm and satisfied between their legs - purring is the word that comes to him. They must have had every reason to be pleased with their afternoon's work; they must have felt happy in their vocation."

14. (Lucy says): "I think I am in their territory. They have marked me. They will come back for me...What if...what if that is the price one has to pay for staying on? Perhaps that is how they look at it; perhaps that is how

I should look at it too. They see me as owing something. They see themselves as debt collectors, tax collectors. Why should I be allowed to live here without paying? Perhaps that is what they tell themselves."<sup>16</sup>

A passagem está, sem dúvida, carregada de todas as fantasias dos “white fears”, mas também surpreende o fato de que o documento sequer cogite se é possível atribuir as opiniões ou questões dos personagens ao próprio autor ou se é até mesmo possível aceitar suas opiniões como um indício que permita imediatamente *pontuar* a presença de uma falta ou de um erro. A passagem na verdade consiste de tiradas emotivas, articulações provisórias, dramaticamente inscritas, feitas por personagens que acabam de passar por uma situação traumática extrema, o de um ataque que resultou em violência física e estupro. Entretanto, esse é apenas um dos problemas aqui: um romance em diversas camadas, com diversas consciências e diversos estratos de consciência como é o caso de *Disgrace* não poderia receber um julgamento moral simplório.

O paradoxo é que, de certo modo, o documento do CN, pelo menos no que concerne ao problema dos temores brancos, não diz nenhuma inverdade. Há temores particulares no romance, e mais ainda, há temores que emergem não apenas pela ação subjetiva de estereótipos, mas através de uma conjugação de fatos obscuros, dificilmente explicáveis em sua violência. O CNA continua a apresentação, explorando outros capítulos do romance.

188

*Disgrace:*  
*deslizaamentos,*  
*fixações e silêncios*

Lawrence Flores  
Pereira

15. Later in the novel, when she accepts that, to secure her personal protection, she might have to 'marry' one of her black farm workers and cede the land to him. (Lucy says) to her father David:

16. "Yes, I agree, it is humiliating. But perhaps that is a good point to start from again. Perhaps that is what I must learn to accept. To start at ground level. With nothing. No cards, no weapons, no property, no rights, no dignity."

17. "Like a dog." (David).

18. "Yes, like a dog." (Lucy, who keeps many dogs in her kennels).<sup>17</sup>

<sup>16</sup> Ibid., §§ 9-14

<sup>17</sup> Ibid., §§ 15-18

Finalmente o documento conclui:

19. In the novel, J.M. Coetzee represents as brutally as he can, the white people's perception of the post-apartheid black man. This is Hertzog's savage eight-year-old, without the restraining leash around his neck that the European had been obliged to place, in the interest of both the native and society. It is suggested that in these circumstances, it might be better that our white compatriots should emigrate because to be in post-apartheid South Africa is to be in 'their territory', as a consequence of which the whites will lose their cards, their weapons, their property, their rights, their dignity. The white women will have to sleep with the barbaric black men. Accordingly, the alleged white "brain drain" must be reportedly regularly and given the necessary prominence!

20. J.M. Coetzee makes the point that, five years after our liberation, white South African society continues to believe in a particular stereotype of the African, which defines the latter as:

- immoral and amoral;
- savage;
- violent;
- disrespectful of private property;
- incapable of refinement through education; and,
- driven by hereditary dark, satanic impulses.<sup>18</sup>

189

*Disgrace:  
deslizaamentos,  
fixações e silêncios*

Lawrence Flores  
Pereira

Surpreendentemente, não acusam Coetzee *diretamente* de racismo, mas de “apresentar a idéia (*makes a point*) de que, cinco anos depois de nossa liberação, a sociedade branca sul africana continua a crer em um estereótipo particular do Africano. No início do documento havia uma nuance diferente. Lá se acusava diretamente Coetzee de utilizar o modelo do jovem de oito anos de Hertzog. Se antes diziam que Coetzee faz um “report” sobre o homem negro que se assemelha ao modelo de Hertzog – visão de fato absurda, embora isso não queira dizer que Coetzee não estivesse ciente de estar usando categorias típicas do modo de pensar, sentir e de selecionar do racismo

<sup>18</sup> Ibid., §§ 19-20

-, agora os redatores da submissão são precisos em dizer que Coetzee “*represents as brutally as he can the White’s perception of the post-apartheid Black man*”.

O documento do CNA parece querer fechar cerco aos sinais mais nuançados e de fato mais incontrolláveis do racismo, mas isso também subentende que a coleta dos sinais de “racismo” seja feita sem levar em conta o lugar de enunciação dos personagens, levando a um tratamento do discurso (pensado ou verbalizado) dos personagens que é incompatível com o modo como o romance está construído.

A inconsistência do documento vem talvez da *fixação* da leitura no pensamento dos personagens, porque há algo em *Disgrace* que é sentido pelo autor do documento como insuportável. É desnecessário repetir o que Derek Attridge já relembrou, que não se pode duvidar do engajamento de Coetzee com seu país ao longo de sua carreira. Embora Coetzee não seja um escritor para políticas afirmativas e tenda sempre a se afastar de qualquer posicionamento político explícito no estilo politicamente correto, sua obra, desde “A Narrativa de Jacobus Coetzee” (em *Dusklands*) é uma exploração sutil da herança colonial da África do Sul, feita em um tom kafkiano que não deixa dúvidas sobre a intenção de sua investigação. Concordo apenas em parte com Attridge de que Coetzee não pretende criticar a África do Sul governada pela ANC, salvo se criticar significa apenas criticar representantes, o que de fato ele não faz. Se Coetzee não quisesse visar de algum modo o atual *status quo* político, ele teria tomado mais cuidado em não polarizar de modo tão brutal a cena dos “farm attacks”, *mas talvez soubesse que para ser verdadeiro com o problema teria de provocar uma espécie de curto-circuito e até ser mal entendido*. Ele não teria escolhido um tema tão controverso na África do Sul e que é objeto de tantos estudos e finalmente teria evitado representar aquilo que é mais inconscientemente intolerável para a cultura “branca” do apartheid – o estupro (de uma mulher branca por homens negros. Coetzee não é um autor que escreve o que é conveniente e seguro, mas aquilo que remexe os fantasmas mais profundos. A régua a partir da qual Coetzee explora os mundos possíveis na sua leitura jamais confunde um engajamento intelectual (através da investigação dos processos de deformação e perversão) com as posições políticas que devem ser adotadas neste ou noutro tempo, conforme as conveniências ou até mesmo as tendências mais gerais assumidas por uma geração. Na África do Sul, a era pós-apartheid ainda é repleta de tenções, inclusive



raciais, e se Coetzee as explora de modo tão lancinante é para evitar que a realidade seja simplificada com simples atitudes afirmativas.

Seria, contudo, interessante expor como esse curto-circuito com o CNA ocorreu e mostrar como as questões que são indiretamente tocadas por Coetzee já estavam inflamando a subterraneamente as consciências na África do Sul pós-apartheid. Essas questões já estão implícitas e explícitas no atual documento: são fantasmas que envolvem o problema racial da África do Sul que tendem a se *colar à realidades específicas*. É o caso da AIDS que trataremos logo adiante e sobre a qual há uma passagem extremamente sutil no romance de Coetzee. Esses fantasmas – que são medos invertidos que a África do Sul herdou certamente de estereótipos – está viva inclusive no documento do CNA, na forma de uma reação. Como no teatro de Shakespeare, a imaginação de um personagem pode estar ou pode não estar relacionadas a fatos constatáveis, o que não quer dizer que o modo do personagem pensar esses fatos deixará de estar tingido pelo fantasma e pela imaginação. Todo o fantasma se produz e *se entrelaça* à realidade de tal modo que passa a ser ativo e passivo dentro dela.

No documento do CNA, há uma contradição notável e inevitável entre dois níveis: um que quer *responder* aos imperativos éticos e políticos do momento e que, portanto, está compelido a ligar a manifestação (poética e romanesca) e um (pré-conceito) determinado que já foi universalmente rejeitado, enquadrando a expressão literária a essas noções. Contudo, para fazê-lo precisa escolher muitas vezes não ver o romance como uma experimentação em que se estuda *in vitro* experiências que são ou iguais ou mais difusas na realidade: precisa renunciar à complexidade do romance – essa complexidade é a de não permitir uma decisão específica sobre um determinado problema agudo. Na verdade, o que temos de perceber, ao final e ao cabo, é que qualquer experimentação sobre o assunto soará na África do Sul apenas como mais uma entre as muitas *experimentações*.

O problema apontado pelo documento é, de fato, a *representação feita do modo mais brutal o possível* da [possível, mas não provável] percepção das pessoas brancas sobre o homem negro. O protesto indignado se dirige, como já vimos, à representação não do racismo, mas do fato de que houve uma apresentação da persistência do estereótipo do negro entre os brancos. Entretanto, soa nas palavras, na sua veemência indignada, uma intensa fragilidade – sentimento raro em documentos políticos sempre *apenas*

*denunciadores* - ao trazer junto algo de um sentimento devastado de alguém que, a despeito de todos os esforços, não consegue convencer o seu outro (antigo opressor) de sua integridade. Soa também que, mesmo no poder, necessita dessa confirmação. Qual seria o problema de *representar pensamentos* racistas (diferente de *apresentar ou defender ou opinar ou mesmo inocular sub-repticiamente com má fé visível*) em um romance, já que, no contexto histórico da África do Sul ou mesmo na estrutura da história, eles são um desenvolvimento potencial não apenas possível, mas sempre iminente e que a ironia literária deve também visá-los, explorá-los? Deveriam ser escondidos até mesmo como representação complexa onde os seus mecanismos particulares de aparição são dissecados e conhecidos? Relembremos que o assunto aqui gira em torno dos “temores brancos”, do pacto histórico provisório que os políticos antiapartheid tiveram de fazer para ser “admitidos”. E esse pacto incluía ter de aceitar fazer um exercício raro de *compreensão do temor do outro*. Não se trata apenas de entender a cabeça de um homem branco, mas talvez de viver num débito eterno em que se tem de convencer aquele que possui uma trava para de fato se deixar convencer.

É na verdade impossível situar apenas um lugar para idéia de David Lurie de que é a “história falando através deles [dos bandidos estupradores]... uma história de erros”, passagem citada no documento. Lurie termina com uma colocação igualmente ambivalente, falando que a ação dos jovens bandidos, a violência e talvez até mesmo o ódio de que Lucy fala, talvez se origine nos “ancestrais”. A história de um lado – uma história de abusos de que *eles*, os ancestrais dos atuais estupradores, foram vítimas? Ou ainda algo que provém, “desce” de uma ancestralidade, como uma espécie de tara que se manifesta? Falar obviamente da “ancestralidade” é como falar de uma tara de origem, ou estaria Lurie se referindo ao ódio dos ancestrais injustiçados que, ao modo do mane que exige vingança, agora clama por uma demonstração igualmente cruel de vingança?

Essas questões são difíceis de responder por que carregam a ambivalência que Lurie incorpora em todo o conjunto de cenas na fazenda – e em outras mais. Talvez o que irrite tanto o autor do documento do CNA é justamente o fato de que não seja possível nem *criticar diretamente Lurie*, nem mesmo inocentá-lo, apresentando uma situação em que somos *obrigados* a observar a especificidade do acontecimento e não as idéias gerais que ocasionalmente pipocam no texto (meros sintomas discursivos, palavras sem pensamento, nesse sentido, qualitativamente inferiores à ironia

coetzeeana). Por outro lado, a realidade dos ataques, da violência também não é contestável.

Minha percepção é que o documento atual foi fortemente inspirado, se não escrito, pelo próprio presidente da África do Sul à época, Thabo Mbeki. O tema dos “white fears” aparece em outro documento que é assinado por Mbeki, como a “Carta do Presidente”, publicada no site no consulado da África do Sul em Nova York, na qual Mbeki, ao levantar o problema da volatilidade da democracia em seu país, lembra que

(...) levaria algum tempo até que algumas pessoas superassem as percepções negativas e falsas do CNA com quais foram nutridas pelo regime do apartheid. Essas percepções haviam sido parte dos ‘temores brancos’ que nosso movimento deliberadamente e conscientemente levou em conta antes e depois de 1994.<sup>19</sup>

O texto é menos veemente, mais apropriado para um site do consulado. Se aparece, contudo, bem longe da política doméstica sul-africana, revela a obstinação de Mbeki com o conceito de *white fears* assim como sua insistência desolada em se concentrar sobre ela. Se as acusações contra Mbeki antes da eleição sem dúvida tinham traços das descrições caracteriológicas da tradição colonial européia, por outro lado, Mbeki acabou dando sinais, várias vezes durante seu governo, de tendências denegativas consideráveis.

O documento do CNA reflete o quadrinômio simbólico que combina justamente os principais componentes “políticos” em *Disgrace* que gostaria de sublinhar nesse artigo. Esse quadrinômio seria idealmente exposto em seu conjunto, sem separações artificiais. Assemelha-se a um composto químico cuja natureza só se realiza pela relação inflamável entre seus elementos. Mesmo assim, separo-os tal como aparecem tanto na obra de Coetzee como no documento do CNA. São eles o estupro e a AIDS como sinais da barbárie “africana” (no dizer do texto) e que se relacionam à imagem da barbárie sexual dos povos primitivos; os “farm attacks”, noção controversa na África do Sul que define ataques de grupos e gangues de jovens a fazendas “brancas”

<sup>19</sup> Mbeki, Thabo. “Once more - a matter of life and death”, [s.d.]. <http://www.saembassy.org/Letter/%20of%20Once%20more-%20a%20matter%20of%20life%20and%20dead.htm>.

sul-africanas. Esses problemas – o estupro, a AIDS, o retorno à barbárie, assim como os “farm attacks” – seriam discutidos em outros países de modo mais ou menos objetivo como um problema de saúde e como problemas de segurança. Na África do Sul, contudo, cada um desses problemas tende a se misturar com problemas raciais longamente gestados e produzir ações e reações, simbolizações e contra-simbolizações, produzindo um emaranhado de suposições difíceis de desfazer. Ao final das questões existe a paralisia.

### **Estupro e *farm attacks***

Começemos pelos chamados “farm attacks” que aparecem surpreendentemente em *Disgrace* e são uma das causas possivelmente do desconforto do CNA. Embora para o leitor brasileiro essa noção tem pouco sentido, o fato é que Coetzee reproduziu em sua história o verdadeiro modelo de invasões e crimes semelhantes muito comuns na África do Sul. Junto com o assunto fantasmaticamente inflamável do estupro de uma mulher branca e da AIDS (que trataremos logo depois), o ataque à fazenda de Lucy foi um dos causadores da antipatia que vemos no documento da ANC. Os “farm attacks” existiram e ainda existem na África do Sul e foram objeto de pesquisa de inúmeros institutos, gerando relatórios que confirmaram a existência desse tipo de violência. Raramente, nos relatórios independentes ou oficiais, se pode detectar que os pesquisadores corroborem a visão corrente em alguns meios (sobretudo de “farmers” brancos) de que esses ataques têm caráter racista e tenham objetivos outros que não o do simples roubo. Coetzee está em 2000 tão atento ao fenômeno que escreve em passant sobre o assunto em *Against the South Africa Grain*, referindo-se à insistência com que o escritor e poeta Breyten Bratenbach representava a violência desses ataques.

These stories make disturbing reading not only because of the psychopathic violence of the attacks themselves, but because the stories are repeated at all. For in a country plagued with violent crime which the national police force - undermanned, underfunded, demoralized - is utterly unable to control, horror stories have become a staple, particularly among whites in the countryside, where farmers have died in murders that are commonly

read in the most sinister light: as politically directed, as aimed at driving whites off the land and ultimately out of the country.<sup>20</sup>

Coetzee está perfeitamente ciente do problema ao mesmo tempo real e fantasmático envolvido nos farm attacks, e sua declaração aqui é dupla: de um lado, eles existem, por outro lado, a leitura acerca deles (sua potencialidade na interpretação e na formação de sistemas paranóicos) é perturbadora. Os “farm attacks” na África do Sul existem e não são mera imaginações e uma parte considerável das vítimas é branca. A questão sobre a etnia não se levantaria se não estivéssemos na África do Sul. Suas causas, no entanto, ou ainda seus “fins” recebem uma atenção imensa, pois, quando surge nos noticiários, há uma expectativa temerosa que tende a ler a informação, buscando os sinais mais temíveis. Seriam crimes comuns perpetrados por bandos armados, por pessoas marginalizadas que buscam na pilhagem um modo de sobrevivência? São parte do crime organizado simplesmente? Ou ainda, no viés contrário, teriam os assaltos nas fazendas objetivos políticos mais claros, refletindo o ressentimento histórico contra os brancos? Ou ainda os dois casos seriam verdadeiros?

Os embates sobre o assunto muitas vezes se concentra sobre como todos os fenômenos devem ser definidos. A noção de ataques de fazenda não é nem mesmo aceita pelos órgãos policiais sul-africanos. Documentos e relatórios produzidos para entender o fenômeno, numa clara tendência de evitar confronto ideológico, preferiram evitar o termo por suas conotações bélicas e escolheram caracterizar os farm attacks como crimes comuns, sem conotação política ou racial. Crimes dessa ordem, que tendem a encenar a “luta de raças”, são, contudo, um assunto difícil mesmo de expor com clareza num país como a África do Sul. A persistência do impasse racial tende a produzir densas zonas obscuras em que a comunicação mistura realidade com paranóia, assim como o desejo de denegação que, aliás, se estende a diversos outros problemas semelhantes. Mais ainda, a paranóia se torna não raro o modo de ser de muitos dos atuantes nesses debates. O esforço por reconstituir, por exemplo, o significado dos “farm attacks” já constitui uma moção de caráter fantasmático, pois boa parte dos documentos que assumiram a responsabilidade de investigar o problema, em lugar de se

195

*Disgrace:  
desliza-  
mentos,  
fixações e silêncios*

Lawrence Flores  
Pereira

<sup>20</sup> Coetzee, John Maxwell. Against the South African Grain by J. M. Coetzee | The New York. Review of Books. The New York Review of Books.

concentrar em diagnosticar as deficiências do sistema de segurança e propor de modo abrangente políticas para solucionar a questão, ocupou uma parte considerável de seus relatórios tentando estabelecer um “significado” para os ataques, isolando-os muitas vezes de qualquer conotação política e racista.

Os principais documentos sobre o assunto – o *Report of the Committee of Inquiry into Farm attacks* (2003)<sup>21</sup> e *Unequal Protection: The State Response to Violent Crime on South African Farms* (2001)<sup>22</sup> – produziram conclusões semelhantes sobre o assunto e que se caracterizam pela incerteza dos resultados. No *Report of the Committee of Inquiry into Farm Attacks*, a questão que o comitê parece perseguir, entre outras, é saber se os “*farm attacks*” são outra coisa além de simples sinais da violência criminal na África do Sul – é uma questão que já comporta a presença inoportuna da pré-suposição. Muitas vezes é sensível no documento a tendência a responder às afirmações originárias sobretudo das comunidades de fazendeiros brancos. Para alguns deles, esses eventos teriam ou um caráter político ou simplesmente racial. As conclusões do documento revela a tendência de evitar a ênfase racial que se dá a esses fatos nos jornais.

Os documentos buscam inserir, por essa razão e por outras, o maior número de contextos o possível: problemas da terra, violência endêmica da sociedade, herança do colonialismo, assim como números que tendem a atenuar o impacto dos acontecimentos e relativizá-los. Ao mesmo tempo, quando pensamos no tipo de suspeita histórica, sempre em estado latente, que é comum à África do Sul, somos levados a observar o cenário inteiro com a mesma hesitante impaciência que vemos acima nos comentário de Coetzee. O “*disturbing reading*” mencionado por Coetzee reflete, ao meu ver, a perturbação sobre a impossibilidade de *assumir* uma explicação plausível para esses ataques, sem correr o risco de ser mal entendido.

É um “*disturbing reading*” que ocorre a Lurie depois do assalto da propriedade de sua filha. Em *Disgrace*, ele várias vezes se excita com a possibilidade de encontrar os criminosos, um sentimento não desprovido das gratificações imaginárias da vingança. Visitando o posto policial, depois de ter notícias desencontradas de que teriam encontrar o seu carro roubado, descobre que o carro encontrado não é o seu e que os

<sup>21</sup> Report of the Committee of Inquiry into Farm Attacks, 31 July 2003. Released by the SAPES on 26 Sep 2003. SAPE, 2003. <http://www.iss.co.za/CJM/farmrep/index.htm>.

<sup>22</sup> Unequal Protection: The State Response to Violent Crime on South African Farms, 2001. <http://www.hrw.org/legacy/reports/2001/safrica2/>.

ladrões haviam sido liberados por um *habeas corpus*. Essa expectativa, frustrada, mostra que na imaginação atemorizada da vítima, o criminoso está sempre, imaginativa e não raro realmente, na penumbra, intangível, suas intenções tendem a ser pensadas e surgem como misteriosas, sem clareza. Do mesmo modo, temores de que haja um “projeto político” claro operando por trás desses ataques mais ou menos aleatórios torna a situação ainda mais inquietante e desesperadora. Há uma relação entre essa situação “pessoal” de Lurie e os desencontros das informações sobre os “*farm attacks*” na África do Sul, no sentido que a zona obscura formada pela dúvida e pelo processo interpretativo e investigativo que se seguem aos crimes não é jamais esgotado, abrindo espaço para que o fantasmático passe a interpretar sozinho, sem nenhuma base no real. Na verdade, nesses casos, o real não existe, o que existe é a suspeita que tende a deslizar livremente. A vítima está num embate sem que conheça o inimigo e mesmo a sua mais recôndita intenção. Essa situação é a que emerge como uma nuvem obscura no romance de Coetzee, nas cogitações contínuas até mesmo de Lurie, um homem instruído, capaz de analisar seu próprio pensamento com alguma pouca eficácia, mas que passa a imaginar todo o entorno da propriedade da filha, inclusive o visinho Petrus, como possíveis cúmplices no crime.

A respeito desse crescimento do temor que atinge níveis fantasmáticos gigantescos, gostaria de trazer algumas passagens do relatório *Unequal Protection: the State Response on violent crime on South African farms*. O documento inclui um longo capítulo sobre os motivos para os ataques às fazendas e pequenas propriedades, elencando uma série de visões comuns dos “farm owners” (o termo aqui significando praticamente os proprietários de origem européia). As visões são várias. Alguns acreditam que por trás dos assassinatos brutais e dos ataques há uma conspiração que tem por fim expulsar os proprietários brancos de suas fazendas. “É uma questão complicada, uma questão emocional, e política por causa de algumas coisas que foram ditas sobre a terra pertencer a todos”<sup>23</sup>. (.). Para outros, como Jack Loggenberg da União agrícola do Transvaal, é um crime, mas também “*algo mais*”. Observemos o modo como tudo é cogitado:

Dizemos que não é apenas crime, mas algo mais; o modo como as pessoas são tratadas, não apenas assassinadas, mas também torturadas brutalmente,

<sup>23</sup> Human Rights Watch interview with Commissioner Johann Burger, SAPS, Pretoria, April 10, 2000, p. 380



e às vezes nada é roubado. E não fazer nada sobre isso, dá a impressão de que é aceitável. Eu poderia ser organizado, mas não tenho os fatos. Vemos que nos assassinatos de fazenda muitas pesquisas são feitas, em 1000 por cento dos casos há um reconhecimento prévio e depois usa-se de violência extrema. Isso é planejado, muito organizado, e alguém depois remove as evidências. São geralmente outsiders; com frequência os trabalhadores da fazendas tentam Pará-los e então são mortos também. Se isso vem das más relações com os trabalhadores nas fazendas, então podemos fazer algo, mas isso é mais inquietante, não há nada levando aos ataques (leading up to the attacks).<sup>24</sup>

Dúvida, impossibilidade de saber ao certo o que está “por detrás”, desconfiança, expectativa. Saber o que está “por detrás” é sempre uma atividade hermenêutica infinita na África do Sul. Há outras idéias ainda no ar: os fazendeiros insistem em lembrar que há uma campanha antiga contra os fazendeiros, dirigida pela APLA durante dos anos 1980 e 90 e que talvez tenham inspirado a idéia do “one settler, one bullet”. Mas ainda outros, mais peremptórios, acreditam que o próprio governo da África do Sul e a ANC estaria por trás desses ataques. O relatório levanta esses casos, alguns dos quais parecem mergulhados na paranóia. Em torno dos ataques há, portanto, apenas o ignoto, o obscuro, justamente aquela situação que abre caminho às hipóteses e ao alojamento dos fantasmas mais comuns. Por outro lado – e eis aqui a grande questão que, ao meu ver, tornou-se o interesse real de Coetzee – esta não é uma situação que se poderia considerar *apenas* um temor imaginário – é algo também ligado a fatos. A opulência de relatos confirmados, os problemas agrários que se unem aos problemas de suspeita racial na África do Sul, são questões reais. Para agravar ainda o problema, , mesmo a produção interminável de hipóteses que reflete a paranóia e as suspeitas raciais ainda não atenuadas na África do Sul têm poder de gerar elas próprias realidades, de criar políticas na África do Sul, quando não simplesmente alojar-se insistentemente, de modo doentio, nas consciências. Segundo um oficial não identificado no documento *Unequal Protection*, os “farm attacks” mexem profundamente com o imaginário Sul-Africano e em particular com o imaginário *Afrikaner*, ligado a uma mítica da terra e sobretudo da terra

<sup>24</sup> Ibidem, p. 380-82

conquista e legada. Basta lembrar os longos capítulos sobre as férias na “farm” familiar, em *Boyhood*, para se ter idéia da forma dessa representação nesse mundo.

Em *Disgrace*, ao meu ver, Coetzee escolhe um personagem que, pelo menos à primeira vista, está desvinculado desse tipo de imaginário, pelo menos no nível superficial de seus interesses. Lurie é bem mais um homem do mundo pós-moderno, um típico produto deformado do complicado cenário que desde os anos sessenta abriu caminho ao maelstrom multicultural fragmentário dos simulacros. A tentativa de alguns desses documentos de explicar o crescimento do crime no campo e de operar com números e de ressaltar que os ataques estão disseminados, acabam ressaltando uma “*unequal protection*”, ou seja, o fato de que até agora os crimes que são verdadeiramente lembrados e noticiados são o de homens brancos, refletindo ainda o tipo de valoração herdada do apartheid. Verdade ou não, em vários momentos vieram alertas de instituições respeitáveis como o *Human Rights Watch* de que haveria perigo de genocídio branco na África do Sul perpetrado de modo não convencional, por meio justamente de ataques cujas causas ou intenções eram difíceis de avaliar<sup>25</sup>. Essa possibilidade vinha de uma estimativa comparativa que levava em conta o fato de que os números de assassinatos deveriam ser analisados não de modo absoluto, mas de modo comparativo, levando em conta que a população caucasiana na Europa era minoritária. Na esteira dos inúmeros massacres e genocídios perpetrados na África nas últimas décadas, talvez o alerta não fosse despropositado.

Nosso objetivo aqui não é analisar essa situação política e social na África do Sul, mas bem mais mostrar como essas questões podem ser exploradas e como elas são como que florações intermináveis e perigosas. Elas são sempre supostas naquele país, por mais que se faça um esforço para evitá-las. Uma obra literária como *Disgrace* pode revelar com mais justeza os meandros desses problemas de modo transparente, ainda que do ponto de vista parcial de um personagem branco. Justeza, neste caso, com a forma da emergência da imaginação de um personagem que foi vitimado, e, portanto, justeza em relação ao modo como brotam ao acaso as cogitações fantasmáticas. Se boa parte dos relatórios sobre o assunto apresenta um longo (e já abstraído) background histórico de opressão racial e econômica na África do Sul e sobretudo incluindo ali a

<sup>25</sup> “Genocide Watch Home Page”, [s.d.]. <http://www.genocidewatch.org/>.

forçada divisão agrária ao qual os povos negros foram forçados, entregando as terras férteis aos “settlers” já no século XIX, por outro lado, essa descrição se tornou nesses documentos *fria*, intensamente generalizante. Quanta diferença com todo o conjunto de cenas que ocorre na propriedade de Lucy: as suspeitas de Lurie com Petrus já desde o início, todo o conjunto de cenas que coloca em contraste o “silêncio” de Petrus (sábio, prudente, mas também: suspeito do ponto de vista da imaginação de Lurie, mas talvez: simplesmente alguém que pensa do outro lado do mundo) com o pensamento de Lurie, sempre ativo, sempre lançando hipóteses, mas também presa de formas de pensamento cujas limitações ele, como homem esclarecido pela lingüística e a antropologia moderna, não deixa de detectar. A emergência do ódio e de sentimentos de vingança no próprio Lurie são apresentações importantes não apenas porque são “meras imaginações”, paranóias brancas ou ainda impotentes exclamações de um homem que perdeu seu lugar no velho mundo. Porque são uma posição dúbia do homem que vê o seu mundo partindo, que sabe da necessidade inexorável dos tempos, mas talvez também é objeto de um debate, se não de uma agonia pessoal avassaladora e patética.

Talvez um dos documentos mais ricos acerca do mundo europeu na África do Sul é justamente *Boyhood* de Coetzee, mais particularmente no célebre capítulo sobre a *fazenda* da família – a fazenda da qual ele esteve apartado, mas na qual um certo sentido da velha sociedade lhe foi legado, com todos os seus gostos amargos e doces, com suas terríveis injustiças fundidas à imagem idílica da vida no campo, dos velhos costumes. A simpatia de Coetzee por Faulkner, à qual ele atribuiu essa postura igualmente ambivalente, nos informa sobre o que seria em Coetzee uma nostalgia policiada pela consciência. O amor do branco pela terra na África do Sul, quando surge, não pode ser feita senão por meio de subtrações.

200

*Disgrace:*  
*desliza*mentos,  
*fixa*ções e silêncios

Lawrence Flores  
Pereira

### AIDS estupro e violência

A segunda combinação explosiva de *Disgrace* combina-se com a primeira: trata-se da violência agrária na África do Sul, mas combinada agora com os problemas da AIDS e do estupro, interconectados indelevelmente nos fantasmas do *apartheid* e do pós-*apartheid*. Na submissão de 2000, de onde partimos, após denunciar os jornais que

teriam sugerido, “como exemplificado pelo Sr. Mbeki, [...] que os Africanos, necessariamente com exceção de Nelson Mandela, são: corruptos, antidemocráticos, ditatoriais e que desdenham o povo”, o autor assinala que o que é “notável nessas peças de jornalismo desavergonhadamente racista é que não vão tão longe a ponto de apresentar o Sr. Mbeki como um criminoso ou um estuprador HIV-positivo de mulheres brancas”.

A afirmação é veemente, mas também cita passagens, retiradas de jornais e revistas sul-africanas, nas quais é difícil definir o que é crítica política e caracteriológica e o que já é a mais pura má fé. O fato, porém, é que Mbeki, durante anos de seu governo, insistiu em negar a relação existente entre AIDS e o vírus HIV, negando as formas de tratamento convencionais em vários países. Em 9 de julho de 2000, dois meses depois da publicação da submissão, Mbeki faria um discurso na *Conferência Internacional sobre AIDS* em Durban, e, para a surpresa dos presentes, fez pouquíssimas menções à doença, concentrando-se muito mais em questões sobre a pobreza considerada como fator na diagnose da AIDS. Ainda mais cedo naquele ano, Mbeki havia mudado a tática de tratamento para a AIDS que havia sido previamente delineado pelo departamento de Saúde conforme as tendências de tratamento naquele momento. Ele então adotaria a visão de uma série de cientistas dissidentes que então defendiam que a AIDS não é causada por HIV. É desse período a submissão que estamos trabalhando. A posição de Mbeki, que, segundo algumas pesquisas posteriores, teria levado a uma estimativa de trezentos mil pessoas mortas na África do Sul, foi criticada na época mesmo pelo *Treatment Action Campaign*, grupo militante pelo tratamento da AIDS, aliado a princípio do CNA, assim como outras instituições e indivíduos, tiveram mais tarde de recorrer aos tribunais para conseguir as drogas necessárias para o tratamento. Mbeki enfrentou resistência, com relação às suas posições, inclusive de dentro no próprio *Congresso Nacional Africano*.

O que interessa observar aqui, para compreender algo que diz respeito a *Disgrace*, é que a insistência obsessiva de Mbeki com o assunto – sua visão sobre a AIDS - foi descrita por Gevisser, seu biógrafo, como produto de sua obsessão com a raça, com o legado do colonialismo e com a “vergonha sexual”, o que explicaria o fato de que o documento do CNA de 2000 estivesse tão carregado da mistura de tais temas, assim como a ênfase do documento nos temas da humilhação e do estupro. *Disgrace* não

poderia deixar de afetar Mbeki. Coetzee havia preparado uma combinação que, à época, era impossível de olhar de frente. No nono parágrafo da submissão, a obsessão do autor da submissão com o sexo violento inter-racial fica claro quando é enfatizado (por seleção) o pensamento de David Lurie sobre os estupradores cujos sentimentos mais voláteis Lurie, como homem e como sedutor inveterado, parece degustar: “They do rape. He thinks of the three visitors diving away in the not-too-old Toyota...”.

O tema sexual relativo ao estupro vai reaparecer no documento, no parágrafo 65. Segundo o documento, a suposição mais comum entre os que se opõem ao novo regime é que “o crime continuará crescendo, especialmente os roubos, com assassinato” e finalmente também que “o estupro crescerá, com mulheres brancas sendo as mais ameaçadas, com o risco duplicado pelo ‘fato’ de que os estupradores são muito provavelmente soropositivos.”

As referências à violência e ao estupro continuam, acompanhadas de formulações que tentam relativizar o fenômeno por meio de comparações e de frases paralelísticas encadeadas, como é o caso da seguinte passagem.

It is true that:

- like all other countries, we have to confront the problem of crime;
- like all other countries, we have to confront the challenge of rape;
- like all other countries, we have to fight against corruption; and,
- like all democratic countries, we have to be vigilant to defend and advance democracy and human rights.

67. Accordingly, there is nothing racist about the reporting of crime, rape, corruption and issues of democracy and human rights in our country.

68. However, racism, driven by the white stereotype of the African, informs such reporting, which falsely asserts that:

- Violent crime in our country has grown by leaps and bounds since 1994;
- South Africa is the "rape capital" of the world;
- Corruption has escalated out of control since 1994; and,
- An ANC overwhelming (or two-thirds) majority in parliament, the restructuring of national government etc, constitute a threat to democracy.

A questão da AIDS e do estupro na África do Sul têm, como se vê, um enraizamento fantasioso imenso e que prossegue nos anos seguintes. Não raro a combinação ressurgue, de modo desoladoramente cômico, nos jornais e telejornais da África do Sul. Em 2006, Zuma, que se tornaria presidente da África do Sul em 2009, foi a julgamento por supostamente estuprar uma mulher soropositiva. O assunto ganhou os jornais. Esse julgamento não demorou a ser interpretado através da grade de noções sobre raça e preconceito, quando se levantou a possibilidade de que Zuma, um homem do CNA, poderoso, uma raposa política, estaria pressionando as autoridades do judiciário por um veredito favorável. Em 7 de Setembro de 2008, o cartunista Shapiro, antigo opositor do regime do apartheid, figurou Zuma se aprontando para estuprar a dama justiça, ajudado pelos seus aliados Julius Malema (líder da juventude do CNA) Zwelinzima Vavi, (Secretário geral do Congresso dos Sindicatos da África do Sul COSATU), por Blade Nzimande (secretário geral do SACP, partido comunista da África do Sul e Gwede Mantashe (secretário geral do CNA). Esse tipo de figuração revela o apelo do assunto na África do Sul e sua reverberação gigantesca no imaginário.

A denegação de Mbeki, certamente, reflete uma série de questões delicadas para a nova liderança da África do Sul, mas gostaria aqui de dirigir a questão ao aspecto fantasioso. A AIDS na África do Sul é um fenômeno complexo que tende a desenterrar conteúdos e temores que se originam no apartheid. Durante o apartheid, interpretações racistas sobre a epidemia da AIDS eram comuns como já vinha sendo desde muitas décadas para outras doenças. Sem dúvida, a reação excessiva de Mbeki, em grande parte, explica-se por esse curto-circuito que se alia a uma tendência denegativa pessoal do próprio Mbeki. Foi nesses termos, que em Outubro de 2001, Mbeki palestrou para jovens.

Convencidos de que somos portadores promíscuos de germens por nascimento, eles [os brancos] proclamam que nosso continente está fadado a um fim moral inevitável por causa de nossa devoção incontrolável ao pecado da luxúria<sup>26</sup>.

<sup>26</sup> SCHNEIDER, Helen; FASSIN, Didier. Denial and defiance: a sócio-political analysis of AIDS in South Africa. AIDS 2002, 16 (suppl 4): S45-S51.

A surpreendente colocação que Helen Schneider e Didier Fassin assinalam, citando uma passagem de um discurso que Mbeki fez diante de estudantes universitários (majoritariamente negros), na verdade revela no pensamento de Mbeki uma *hubris* interpretativa em que as formulações do apartheid são constantemente reativadas para interpretações situações inteiramente diversas e, na pior das hipóteses, não raro circunstanciadas por interesses específicos. Mais do que isso, os termos surpreendem pela sua carga religiosa marcadamente protestante, sobretudo com a relação indelével das palavras de Mbeki, entre o pecado da luxúria, a doença, a promiscuidade e a destinação para a morte. Como bem situa Helen Schneider e Didier Fassin:

In Africa, discourses of persecution and conspiracy linked to AIDS, whether by the pharmaceutical industry, medical researchers or Westerners, have not been unusual, where they have been dismissed as a kind of post-colonial complex without factual grounding. However, in the case of South Africa, not far back in people's memories is a long tradition of racial public health that included many attempts, for example, to control African fertility, both legally and illegally. The Truth and Reconciliation Commission hearings revealed a covert Chemical and Biological Warfare Program intended to eliminate black leaders and to create infertility among black people. It should not, therefore, come as a surprise that the experience of AIDS is interpreted in the light of past suspicion.<sup>27</sup>

204

*Disgrace:  
desliza-  
mentos,  
fixações e silêncios*

Lawrence Flores  
Pereira

O estereótipo que associa o homem negro ao contágio tem uma longa história, nesse sentido seguindo o padrão das práticas intelectuais eugênicas desde o final do século XIX. Cito em particular o ensaio de Maynard W. Swanson, *The Sanitation Syndrome: Bubonic plague and urban native policy in the Cape Colony, 1900-09*, que trata de como, durante o apartheid, os temores públicos de uma epidemia foram utilizadas pelas autoridades do apartheid para justificar a segregação residencial em Cape Town e em Port Elizabeth. Esse, portanto, é o retrato imaginário “de fundo” e que explica os percalços do CNA com a obra do maior de seus romancistas. Seria, agora, interessante e instrutivo ver como o próprio Coetzee se interessou pelo imaginário da doença

<sup>27</sup> Ibid., p. S45-S51.



infecciosa como uma metáfora societal em seu estranhíssimo ensaio *Apartheid Thinking*, de 1991, um artigo que retomo à guisa de ilustração sobre os problemas da doença, da AIDS e do contato sexual inter-racial.

### Coetzee sobre o “pensamento” do Apartheid: um método de observar o deslizamento das figuras

Coetzee talvez seja hoje o único escritor pensador no mundo que consegue explorar com intensidade as lacunas de irreflexão deixadas por situações éticas delicadas e difíceis e embaraçosas de tratar. Acredito que boa parte da defesa de *Disgrace*, feita por inúmeros críticos, é nesse sentido justa. *Disgrace* traz, de fato, uma história subterrânea que inclui o problema do domínio sexual do homem branco (caso Melanie) e que aparece agora interiorizado ou dispersado nas ações aleatórias de David Lurie. Ou seja, mesmo a fixação da cena do estupro e da violência que muitos interpretaram como uma crítica à África do Sul pós-apartheid, não faria sentido, no contexto inteiro, profundamente complexo, desse personagem “womanizer”. Isso é algo a se conceder, sem dúvida alguma, e qualquer leitor não pode partir senão desse cenário complexo onde certamente David Lurie é a “consciência” enganada e o leitor a consciência sensível e irônica. No entanto, acredito que há uma minimização excessiva da importância das cenas de violência e de seu potencial de atacar realidades “imaginárias”. Há no livro uma representação de todo o processo fantasmático fundido a uma técnica psicológica e realista que proporciona uma experiência de leitura (e estética) qualitativamente diferente daquela que encontramos nos primeiros livros de Coetzee, mais alegóricos na sua exposição e que fundam um tipo diferente de pacto de leitura. Coetzee, por outro lado, tem mostrado nos últimos anos, de modo até mesmo provocativo, com personagens como Elizabeth Costello, que muitas vezes é necessário remexer os consensos políticos que trazem junto sempre também silêncios políticos, pois é preciso que algum pensamento articulado sobre os fatos, mesmo imaginários, se restabeleça. Eu creio que a estrutura geral de *Disgrace* – reunindo os temas candentes tanto dos noticiosos como dos relatórios institucionais na África do Sul – é profundamente provocativa: coloca as coisas como elas são, mas com uma atenção formal excepcional que pode passar por apresentar verdades indesejáveis. Porque são

indesejáveis, são também aqueles que chamam mais atenção e que renovam a discussão ética. O problema “racial” enquanto fato subjetivo é apenas um deles.

Essa atenção formal, que está em toda a obra de Coetzee, se encontra em também em um dos de seus ensaios menos citados, o *Apartheid Thinking*<sup>28</sup>, onde Coetzee faz uma análise minuciosa do pensamento dos “pais fundadores” (irônico) do *apartheid*, com a intenção de mostrar a natureza dinâmica do racismo, seu modo subreptício de se manifestar. Nesse artigo, republicado em seu livro *Giving Offence*, podemos encontrar (como em quase toda a sua obra) a qualidade de postura ética que Coetzee pretende assumir como estudioso e como escritor no tocante ao fenômeno ideológico do *apartheid*. Por isso achei importante expô-lo em um ensaio onde as metáforas sociais e os fantasmas comuns constituem o assunto. Aqui, é preciso observar a precisão subjetiva com que Coetzee observa o fenômeno do *apartheid* – e em particular o fenômeno do nascimento da ideologia do *apartheid* a partir dos anos 30 com os escritos segregacionistas de Cronjé.

No prefácio de *Giving Offence*, Coetzee lembra que seu interesse em estudar Cronjé, um dos mais profícuos ideólogos do *apartheid*, nasceu de sua surpresa “com o vazio da ciência política contemporânea sobre os motivos mais profundos atrás do *apartheid*, um vazio para o qual contribuem a prudência de antigos crentes, de um lado, preocupados demais com seus próprios pescoços, e a desaprovação moral ao horror por outro”<sup>29</sup>. Essa colocação que mostra o alerta de Coetzee com a “prudência” dos (antigos) crentes deveria ser generalizada, no pensamento coetzeeano como um procedimento contínuo que não se restringe apenas ao *apartheid*.

Coetzee segue o objetivo, no ensaio, de sublinhar o caráter patológico do pensamento do *apartheid*, mas também oferecer uma via interpretativa histórica alternativa em que os perigos da contextualização não sirvam de atenuante ou transformem a crise da “nação afrikaneer” em algo historicamente abstrato ou submetido a uma grande narrativa. Coetzee parece suspeitar do revisionismo contextualizador que tende a atenuar a responsabilidade (pessoal, nacional e política) através de uma explicação de contexto. O método adotado por Coetzee evita a abstração e a generalização e as tentativas de encontrar nos contextos diversos (sociais,

<sup>28</sup> Coetzee, J. M. “Apartheid Thinking”. in *Giving offense: essays on censorship*. University of Chicago Press, 1996.

<sup>29</sup> Ibid., vii-x

políticos e sobretudo econômicos) as únicas raízes daquele sistema político. Ele se concentra, creio que de modo inteligente, não sobre inúmeras amostras que podem ser abstraídas e somadas a uma construção esclarecedora, mas sobre uma única amostragem, no caso da obra de Geofrey Cronjé, um representante da intelectualidade segregacionista da África do Sul que inspirou a primeira leva de políticos do apartheid.

Seu método, por outro lado, inclui uma visada lingüística. Ele flagra, por exemplo, nos seus escritos de Cronjé compostos entre 1945 e 1948, uma série de marcações morfológicas, semânticas e sintáticas como “*Afrikanermoeders*” – as “protetoras da pureza de sangue da *Boernasie*”, termo que, no caso, se encontra na dedicatória de um dos livros de Cronjé. O termo está composto do substantivo *moeder*, “mãe” em *Afrikaner*. É uma construção que, segundo Coetzee, traz consigo uma forte carga ideológica, em parte pela forma da aglutinação morfológica *Afrikanermoeders* pouco comum em Afrikaans. A aglutinação, contudo, não é gratuita. Ela revela uma metáfora morfológica e um a metonímia lexical que visa, conscientemente ou não, dar expressão à “uniqueness of Afrikanerness”. Essa aglutinação, contudo, não encontra, segundo Coetzee, correspondente no gênero oposto, ou seja, com o “pai Afrikaner”, pois, completa o autor, a função feminina é aquela que realmente zela pela pureza da raça na ideologia de Cronjé.

the Afrikaner woman keeps the blood-strain pure; or, to put it in another way, that what keeps the blood-strain pure is women confining themselves to men of pure blood. The question poses itself: why is the blood-strain not equally kept pure by men confining themselves to women of pure blood?<sup>30</sup>

O ponto de Coetzee logo fica patente: trata-se de mostrar a obsessão biológica, a loucura, que subjaz o pensamento de Cronjé, calcado inteiramente numa paranóica necessidade de controlar possíveis “ingressos” de sangue impuro dentro do “*tanque*” do *Afrikanervolk*. Assim, por exemplo, o filho de um homem branco com um negro é um “colored” (mulato, miscigenado, na terminologia segregacionista), mas um colored, dentro dessa lógica, tendo nascido da sua mãe negra, não precisa ser assumido como

<sup>30</sup> Ibid., 168

filho. Ele ingressa, conforme a lógica racista, na categoria de bastardo. Já a mãe, a *Afrikanermoeder*, é por excelência a mantenedora da linhagem.

Essa engenharia classificatória e policial mostra que o delírio dos teóricos do apartheid é também um delírio perante a *presença corporal* negra, o mesmo delírio que produziu anos mais tarde a necessidade de criar uma engenharia estatal capaz de afastá-los cada vez mais, sem contudo dispensar seus braços. Assim o raciocínio apartheidiano, depois de identificar os males, deve se lançar a um empreendimento classificatório e tipológico racial. Segundo Cronjé, nenhuma tipologia racial é estritamente biológica, mas antes baseada em diversos fatores. Dependem sobretudo da “experiência” que ele próprio possui acerca delas. Coetzee também sugere que o desconforto racial que leva muitos dos homens do “primeiro apartheid” a formular suas teorias provém de um desejo, desejo relativo ao corpo, que deve ser negado a qualquer custo, um desejo cuja negação, por sua vez, deve se converter em atos denegativos em que o corpo desejável é afastado, segregado.

Coetzee explora a observação aberta de Cronjé da situação dos brancos a partir da Grande Depressão que passam a viver em “mixed residential áreas”, próximos a *nie-blankes* (não-brancos), criando uma *deurmekaarwonery*, uma confusão promíscua (Coetzee oferece a palavra “living-higgledy-piggledy” como alternativa em inglês).

Mixed areas had become the dying places (sterfplekke) of the White race in South Africa and the most fruitful soil [for bastardization].<sup>31</sup>

A obsessão com a miscigenação na África do Sul é algo que um Brasileiro tem dificuldade de compreender na sua complexidade psicológica, e observar essa obsessão pode nos informar um pouco sobre as diferenças entre o racismo “nórdico” (Americano e Sul-Africano) e o racismo brasileiro. O que se vê nas idéias de Cronjé é que a mera idéia de mistura e de miscigenação produz sentimentos confusos, certo desconforto e de um modo que uma cultura assumidamente miscigenada como a brasileira dificilmente produz. No caso de Cronjé, a mistura que se pode produzir em uma situação social como a da Grande Depressão levaria a uma “degeneração” na “moralidade, do auto-respeito e no orgulho racial [do homem branco]”. Ou seja, aquele que passa a conviver

<sup>31</sup>Ibid., 172

em lugares mais humildes com negros perdem o senso do que é bom, passam a não mais sentir o desconforto que o próprio Cronjé admite como “natural”. Estabelece-se assim uma situação de “promiscuidade” em que aqueles que nela vivem perdem a capacidade de reconhecer seu caráter vicioso. “At night, under cover of darkness, they steal (sluip) into the [Black and Coloured] locations, where they commit treason against the White race.”<sup>32</sup> Cronjé vai mais longe em seus delírios, ele resgata até mesmo as noções barrocas de natural e antinatural para definir as relações sexuais entre brancos e negros. Cronjé, portanto, possui uma predileção óbvia pela idéia de que o contato sexual entre raças é uma anomalia genética, que leva a uma progressiva degeneração. No entanto, Cronjé é obrigado a conceder que, no século XVII, houve já alguma mistura e que aos olhos dos primeiros colonos a noção de diferença racial não era tão evidente. A resposta de Cronjé para isso é que somente com o tempo houve uma espécie de adoção gradativa daquilo que é instintivo – numa formulação na qual Coetzee vê o impasse da ambivalência argumentativa. A primeira noção, biológica, é assim dispensada por Cronjé que adota a noção herderiana de Povo Orgânico. O que o leva a fazê-lo é simplesmente o fato de que é necessário criar uma noção cultural para a nação. O Afrikaner que trai a organicidade do seu Volk misturando-se com não-brancos age assim *contra naturam*.

Coetzee investiga igualmente os temas recorrentes no pensamento racista de Cronjé e extrai deles interessantes conseqüências. Ele constata, de um lado, os jogos opositivos do pensamento de Cronjé que colocam, de um lado, temas que remetem à separação, à distinção e à unicidade e, por outro lado, palavras que se referem à mistura, à massa (*no sentido de tanto de multidão como de “massa informe” e sugestionável e também “caos”*). A “diferença” é uma instância “positiva”, ou seja, é o mundo ao qual Cronjé quer pertencer, enquanto a “mistura” é o mundo que ele repudia e rejeita, mas o qual, como bem assinala Coetzee, agora o autor de *Disgrace*, retorna sempre de novo à sua imaginação. O que ocorre nessa lógica constatável nas perturbadas reflexões de Cronjé, é que qualquer combinação que se faça com “C”, ou seja, com aquilo que é “coloured”, com aquilo que pertence ao misturado, sempre o resultado será o mesmo “C”, não importa com o que ele se mistura. Sua presença “cobre” toda a especificidade e a anula, é uma espécie de “mácula”, para usar linguagem da cultura cristã ocidental e sobretudo reformista, que é “transmissível”. Em seu sistema de pensamento onde a menor mácula

<sup>32</sup> Ibid. 173

cruza inúmeras gerações, o “sangue coloured” infiltra e contamina o “blood pool” branco. O sangue coloured leva finalmente à “indiferença” - nos dois sentidos do termo – e, neste sentido, está sempre pondo em perigo a estrutura precária, muito frágil da distinção ou da “separacidade” – do ser/estar aparte próprio do *apartheid*.

Na imaginação substancial de Cronjé é (buscando semelhanças) uma espécie de tegumento interno mantendo aparte um conteúdo líquido prestes a interfluir (interflow) e fluir para fora. É como uma pele conservando juntoo e retendo um corpo cuja substância física é 90 por cento fluída, ao mesmo tempo que mantém o corpo fluído, essa assemblagem de líquidos, aparte.

[“In Cronjé’s substantial imagination it is (one grapes for the likenesss) a kind of integument holding together and holding apart a fluid contente ver ready to interflow and flow out. It is like a skin holding together a body whose physical substance is 90 percent fluid, at the same time that it keeps the fluid body, this assemblage of luids, apart..”]<sup>33</sup>

O perigo de “indistinção” traz a necessidade da instauração de uma “separação” – de um *apartheid* –, pois não há nenhum compromisso possível entre diferença e indiferença. Essa separação, desnecessário dizê-lo, aparece, na visão fantasiosa de Cronjé, como incluindo relações sexuais – um crime que ele descreve como inimaginável. De modo original, Coetzee aponta o lugar que o desejo tem no projeto, o desejo negado, o desejo que sofre um “contra-ataque” por meio de tiradas fantasmáticas contra a mistura e pela forma obsessiva com que Cronjé figura a relação sexual com o não-afrikaner como uma “perda de si”. Essa perda de si não é apenas da identidade, mas da própria “separatividade que dá coesão à existência”. O homem do apartheid logo no início, com sua idéia de separação, mobiliza e é mobilizado pelo reverso fantasmático de seu desejo que aparece na forma fantasiosa e difusa de uma ameaça de dissolução do “eu” no universo indistinto da cor.

Coetzee assinala que essas tiradas obsessivas contra a mistura foram muitas vezes esquecidas pelos historiadores que privilegiaram fatores econômicos e outros aspectos na origem do apartheid. Se é fato que o apartheid se origina no temor, na

<sup>33</sup> Ibid., 177

cobiça e não apenas no desejo e em sua conseqüente auto-negação, é importante sublinhar, ressalta Coetzee, como ocorreu a negação desse desejo e como foi possível que ele se reprojetsse em deslocamento na engenharia sequiosa, complicada, profundamente detalhista da ordenação das cidades sul africanas: toda a engenharia que a partir dos anos quarenta divide de novo as cidades, reordena os campos e remove populações.

Coetzee pondera, no seu subjetivismo estrutural, que uma análise meramente racional e econômica da emergência do pensamento do apartheid e a restrição de sua loucura ao seu (ou seus) mais forte(s) ideólogo(s) como a fonte e formação inicial de tudo o que teria efeito historicamente seria um procedimento redutor. Ele ironiza os herdeiros ideológicos de Cronjé que, para ele, têm dificuldade em “integrar a loucura dele dentro da contabilidade do aspecto ‘racionalista’ do apartheid”. Em outras palavras, ele detecta, no ambiente do início dos noventa, um silêncio sobre essa loucura, loucura que eles “eufemizam”, ainda que na medida da decência e do embaraço a emergir. Essa tentativa de despistar os elementos que são comuns tanto a Cronjé como a eles é apresentada por Coetzee como um erro. Cronjé, ele afirma, era um homem inserido em seu tempo e representava, de vários modos dignos de nota, o seu tempo e sua classe. Mais do que isso, ele seria um dos instrumentos “usados por sua classe para dar voz (...) às suas obsessões”. Na verdade, e aqui reside a alquimia racista de Cronjé, segundo Coetzee, ele tinha os elementos e as qualidades de comunicação que lhe permitiram raptar a imaginação das massas afrikaners, assim como sua imaginação, dando sentido às massas.

Coetzee explora ainda as metáforas de contágio encontradiças nos escritos de Cronjé e que nos reportam, por via inversa, às suspeitas (uma reação igualmente atrelada *negativamente* a estrutura paranóica do apartheid) de Mbeki sobre o modo como a AIDS é “transmitida” na África do Sul. Ele utiliza ainda uma série de imagens e temas que aproveitam as metáforas de contágio que foram usadas nas primeiras décadas por sanitaristas para incentivar a evacuação de cortiços nas grandes cidades. Assim, por exemplo, a idéia de Cronjé de que o contato pode criar transmissões perigosas torna-se particularmente delirante quando assinala que até mesmo uma criança branca pode contrair uma doença (venérea) de sua ama negra. Uma família branca não pode imaginar em que lugares carregados de contágio as roupas são levadas para lavar. A “síndrome



sanitária”, termo cunhado por Maynard Swandon, funciona por meio de associações metonímicas que interligam o cortiço ou a favela onde vivem os negros com a própria etnia. Um segundo momento nesta lógica consiste em esquecer a ligação metonímica feita e em ver no negro o próprio corpo que substancialmente carrega a infecção – ele é, nessa lógica, a infecção. Assim, de uma concepção sanitária que segrega *espaços*, passa-se facilmente, na imaginação, para o homem negro como *condutor* da infecção, justificando-se assim sua segregação *fora da cidade*. (p. 180-81).

Finalmente, e aqui devemos nos concentrar com muita atenção sobre o texto, Coetzee parece querer corrigir um pouco a estrutura e até mesmo a noção hierárquica mais predominante no método de alguns historiadores. Se, de um lado, para Swandon, a epidemiologia na sua forma metafórica é usada para racionalizar e justificar ações que, na verdade, têm fundo econômico, ou seja, a metáfora como algo forjando percepções e influenciando comportamentos, Coetzee surpreendentemente se pergunta se há algo para além da doença referida por Cronjé e por outros, algo que encontraria na doença seu disfarce? Ora, o que se encontra por trás da síndrome sanitária não é apenas metáfora que está em jogo (ou seja, a mudança de um termo por outro termo), mas a metonímia (o deslizamento de sentido de uma coisa para a próxima, duas coisas que são adjacentes). O que se nota aqui é uma sequência de deslocamentos imaginários (metonímicos) que, na imaginação do pensamento do apartheid, se comunicam do mesmo modo como a infecção se alastra. Agora, esse deslocamento terá sempre como centro o corpo negro no pensamento racista, pois o corpo negro, no dizer de Coetzee, é o lugar da metonímia – um não-lugar. A idéia de infecção é o germe da idéia que se encontra em um processo contínuo de deslocamento por meio da sugestibilidade das massas. Coetzee acrescenta, contudo, que “na sugestibilidade contagiosa não é o contágio que é passível de ser sugerido, mas a própria sugestibilidade, o estar aberto à sugestibilidade é o que é sugestível”<sup>34</sup>. Essa formulação paradoxal fala de um processo que existe com certa independência da realidade e que não se abole nem se cria com a realidade – é um processo apenas de deslocamento contínuo.

A questão final que será tratada por Coetzee é sobre a própria interpretação do nascimento da ideologia do apartheid – e é aqui que ele, discretamente, se insurge contra o tipo de interpretação, comum no início dos anos noventa, próprio da historiografia do

<sup>34</sup> Ibid., 182

momento, que tende a *refinar* o problema talvez de modo excessivo ao formular que o “auto-conhecimento” não é necessário para que um sistema ideológico (como o do apartheid) exista ou funcione. No entender desses historiadores que perigosamente flertam com a generalização e a irresponsabilização, uma metáfora como a de contágio do sangue não precisa ser invenção de grandes retóricos. Postulam antes que elas se encontram no ar, à espera no instante certo e da confluência de fatores materiais para se alastrarem. Trata-se de uma teoria da inconsciência formulada para a história. Coetzee continua.

Há finalmente apenas duas posições viáveis que se pode adotar com relação à noção de que idéias (idéias “ideológicas”) não são construções auto-conscientes usadas como meios para fins, mas antes flutuam no ar, prontas tanto para infectar sociedades inteiras (modelo 1) ou infectar intelectuais, selecionados ou auto-selecionados para suas formas particulares de obsessão, que, como retóricos-propagandistas (transmissores) recebem, intensificam, dramatizam e revendem-nos a sociedades inteiras (modelo 2, gramsciniano). [Neste caso, infectar Cronjé que, graças à sua retórica, amplifica isso para o restante da nação] Uma posição é que a descrição inteira é uma metáfora profissional conveniente para um processo sobre cujos funcionamentos somos mais ou menos ignorantes. A outra posição é que é filosoficamente ingênuo acreditar que metáforas correspondem a coisas que são mais reais do que as próprias metáforas, acreditar que se perseguimos suficientemente as equivalências de modo retroativo chegaremos ao final a sentidos sólidos. Ao contrário, não há em última instância nenhuma “última instância” na linguagem; as metáforas deslizam (ou interpretam) para dentro de outras metáforas que, por seu turno, interpenetram outras e assim por diante. Se seguimos a segunda opção, talvez estejamos numa posição melhor para ler o racismo, mas não estamos em uma posição para erradicá-lo, não apenas porque ele não possui uma raiz (uma “última” raiz), mas porque uma posição de leitura não é de modo algum uma posição: é o que posso apenas chamar de *uma sequencia*.

[“There are finally only two viable positions one can take up with regard to the notion that ideas (“ideological” ideas) are not self-aware constructions used as means to ends, but instead float in the air, ready either

to infect whole societies (model 1) or to infect intellectuals, selected or self-selected for their particular kinds of obsessiveness, Who as rhetorician-propagandists (carriers) receive, intensify, dramatize, and retail them to whole societies (model 2, Gramsci's). One position is that the whole description is a convenient professional metaphor for a process about whose workings we are more or less ignorant. The other position is that it is philosophically naïve to believe that metaphors stand for things that are more real than the metaphors themselves, to believe that if we trace the equivalences far enough back we ultimately come to solid meanings. On the contrary there is ultimately no "ultimately" in language; metaphors slide into (or interpret) other metaphors which slide into yet others, and so on. If we follow the latter course we may be in a better position to read racism, but we are in no position to eradicate it, not only because it has no root (no "ultimate" root), but because a reading position is not a position at all: it is what I can only call a *following*.]<sup>35</sup>

Coetzee suspeita que na idéia de disseminação solta há apenas uma declaração de ignorância dos próprios historiadores que são obrigados a se socorrer de "metáforas profissionais convenientes" – no caso a metáfora simples e pura de contaminação e alastramento. A segunda posição, contudo, é aquela que ele esposa. Ela se baseia no fato de que é absurdo tomar metáforas como equivalentes para o que é mais real do que metáforas. O deslizamento contínuo perpetuado pelo *modus operandi* das metáforas não leva a lugar nenhum "inicial" – entre "ideológica esparsa" e "ação ideológica pessoal" e todo o movimento de procurar um anterior mais anterior é apenas um modo de repetir o truismo de saltar de figura em figura. A lógica metafórica tende a apontar constantemente para uma posição seguinte, sem que se possa, ao final e ao cabo, mostrar quer uma causa (no sentido histórico) quer uma origem (no sentido ontológico). Sua única razão de ser é seu caráter de deslocamento e de deslizamento. Meu ponto é que esse deslizamento ainda está em curso, mas agora na reversão paranóica que o apartheid instaurou, reproduzindo-se ainda tanto no pensamento do "farmer" mais típico como até mesmo, na sua forma reversa, na crítica que a ANC faz ao livro de

<sup>35</sup> Ibid., 183-4

Coetzee e que acaba sugerindo uma incompatibilidade negacionista com os fatos subjetivos envolvidos das deduções paranóicas dos personagens de Coetzee.

A última afirmação é mais difícil de apreender, mas a compreenderemos ao observar que “erradicar” diz respeito a arrancar a raiz – a origem, o “sentido último”. De fato, o sentido ou a raiz última do racismo não pode ser erradicado por duas razões: porque não é possível apontar um lugar de origem, sendo ele antes a atualização constante de uma lógica metafórica e metonímica de deslocamentos – algo imaginativamente sistêmico e que pode inclusive virar de lado na sua perpetuação eterna. Mas a segunda razão é importante: simplesmente porque a posição de *leitor* não é jamais uma posição, mas apenas mais um processo na sequência de transformações das figuras.

É interessante que, durante todo o ensaio, Coetzee recusa-se - como lhe é bem característico -, *definir* o *lugar ético* ou moral que está em jogo, pois não se trata de estabelecer uma *posição ética*, mas antes separar a posição de um status viatoris ético contínuo, capaz de não se iludir com uma nova solução quando ela é apenas o novo modo encontrado pelo racismo como metáfora e metonímia para se perpetuar. O tom certamente pessimista que termina o seu ensaio – de que uma posição de leitura não erradica o racismo - vem após um longo ensaio em que o objetivo do autor foi justamente afunilar sua análise apontando para o perigo das interpretações sistêmicas que, a despeito de veracidade genérica, evitam cuidadosamente apontar figuras específicas, evitam o particular e privilegiam o geral na descrição de um fenômeno, ou para falar como Kant, submetem ao conceito moral desejável o objeto que deveria ser objeto de um juízo pelo menos mais desinteressado – ainda que incluindo categorias morais, mas “suspensas” pelo exercício experimental da representação. Ora, a questão do conhecimento e do *autoconhecimento* surge ao final como uma pergunta sobre se havia o conhecimento e o autoconhecimento no nascimento do apartheid, sendo que a segunda possibilidade seria aquilo que está “no ar”, o imaginário rarefeito que espera o seu momento para despertar. Finalmente, quando Coetzee nos diz que a “erradicação” em si mesma não é possível, afirmando isso depois de excluir o “conhecimento generalizante” e o “grande plano”, ele quer na verdade lembrar que, se existe um modo único e realmente vital de olhar sobre o racismo, é o processo e o exercício contínuo do conhecimento do próprio processo paranóico de infecção que se formula, no contexto

do apartheid, como reação ao desejo e como criação contínuo da paranóia – esse autoconhecimento não é social, mas ético e moral, está nas mãos de cada um. A posição de leitor não é uma posição porque está à deriva das figurações que se propõem continuamente, sendo o próprio leitor parte desse processo. Entretanto, Coetzee parece formular a presença possível de um terceiro ético, incansavelmente auto-investigativo, que acompanha o seu próprio processo de proliferação metafórica e consegue, assim, ocupar uma frágil terceira posição, a de um *status viatoris* ético – ético da mobilidade, mas com um núcleo sólido no bom senso.

Coetzee coloca justamente o dever ético como um dever de auto-conhecimento quando se refere ao fato de que na sugestibilidade contagiosa não é o contágio que é sugestionável, mas a própria sugestibilidade. Essa abertura é uma espécie de lugar ontológico indefinível e indefinido que dá conta apenas do “ser sugestinado”, o estar aberto à sugestibilidade daquilo que flerta com a nossas próprias inclinações. Em outras palavras, essa “abertura” negativa que se permite justamente infectar pela obsessão de seguir a lógica fantasmática da metáfora resta como um lugar ético vazio: o da insanidade do apartheid, sendo que a noção de insanidade (sua excepcionalidade) deve ser preservada, no entender de Coetzee, como conceito operacional afim de substituir às explicações econômicas ou imaginárias. Com isso, a eticidade da responsabilidade autoconsciente ganha uma importância única no pensamento de Coetzee e, mais importante ainda, para um auto-conhecimento e uma auto-crítica que não é nunca presente, mas sempre devir e provação.